

Políticas linguísticas indígenas no Brasil: uma breve revisão
Indigenous language policies in Brazil: a brief review

Wesley Pinto Hoffmann¹
Raquel Aparecida Loss²
Sumaya Ferreira Guedes³

Resumo:

O Brasil é considerado um país multicultural e multilíngue, dada a formação social composta por diversas culturas, entretanto, o espaço dedicado ao estudo e promoção das línguas indígenas ainda é incipiente. Neste estudo, após uma breve revisão sobre os conceitos de planejamento e políticas linguísticas, abordaremos as questões contemporâneas das políticas linguísticas e educacionais no contexto brasileiro, como o caso do ensino bilíngue, bem como os documentos que norteiam o ensino no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar uma breve revisão sobre as políticas públicas que envolvem o ensino de línguas indígenas no Brasil. A pesquisa enquadra-se como qualitativa, quanto à abordagem, e bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos. Utilizamos como aporte teórico as noções de Cooper (1989), acerca das concepções de políticas linguísticas; Seki (2000), sobre os estudos e linguísticos indígenas, e as colaborações de Cunha (2008) sobre as políticas públicas para indígenas no panorama brasileiro. Consideramos os índios como os principais mobilizadores de ações envolvendo seus povos, seja em relação às políticas linguísticas, e ao ensino, em uma perspectiva geral, ou em relação a qualquer mobilização política e ideológica de interesse das comunidades indígenas, nesse sentido, a legislação atual ainda precisa avançar para garantir a proteção e manutenção dos direitos linguísticos dos indígenas.

Palavras-chave: políticas linguísticas; línguas indígenas; educação indígena.

Abstract:

Brazil is considered a multicultural and multilingual country, given the social formation made up of different cultures, however, the space dedicated to the study and promotion of indigenous languages is still incipient. In this study, after a brief review of the concepts of language planning and policies, we will address contemporary issues of linguistic and educational policies in the Brazilian context, such as the case of bilingual education, as well as the documents that guide teaching in Brazil. The purpose of this article is to present a brief review of public policies that involve teaching indigenous languages in Brazil. The research is qualitative, in terms of approach, and bibliographic and documentary, in terms of procedures. We used the notions of Cooper (1989) as theoretical support, regarding the conceptions of linguistic policies; Seki (2000), on indigenous studies and linguistics, and the collaborations of Cunha (2008) on public policies for indigenous people in the Brazilian panorama. We consider the Brazilian Indians as the main mobilizers of actions involving their peoples, whether concerning linguistic policies, and education, in a general perspective, or about any political and ideological mobilization of interest to indigenous communities, in this sense, the current legislation still needs to move forward to guarantee the protection and maintenance of the indigenous linguistic rights.

Keywords: linguistic policies; indigenous languages; indigenous education.

ISSN: 2359-1064

¹ Acadêmico do Curso de Letras (UPF). E-mail: wesleywph@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5814-1573>.

² Professora do Curso de Engenharia de Alimentos na Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Barra do Bugres/MT. E-mail: raquelloss@unemat.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6022-7552>.

³ Professora do Curso de Mestrado em Educação e Engenharia de Alimentos na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: sumayaguedes@unemat.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1676-6030>



HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

Introdução

Historicamente, o Brasil é considerado um país multicultural e multilíngue, dada a formação social composta por diversas culturas. Em uma linha do tempo, antes mesmo da exploração pelos colonizadores portugueses, reconhecemos que já existia uma variada gama de línguas indígenas em circulação no território brasileiro. Durante os constantes processos de colonização, que tiveram diversos contrastes pelo país, línguas africanas, orientais, europeias, entre outras, marcaram influências, muitas das vezes hegemônicas, sobre as línguas utilizadas pelos indígenas.

A diversidade de línguas que são utilizadas no Brasil envolve questões linguísticas e de ensino que requerem políticas específicas, visando que as comunidades sejam representadas e defendidas em todas suas esferas sociais, sobretudo no que diz respeito às suas línguas originárias.

Partimos, neste estudo, da problemática da falsa unicidade cultural e linguística no Brasil. Assim, problematizamos: Quais políticas públicas vêm sendo adotadas na promoção do ensino de línguas indígenas?

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve revisão sobre as políticas públicas que envolvem o ensino de línguas indígenas no Brasil. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa enquadra-se como qualitativa, quanto à abordagem, e bibliográfica e documental, conforme os procedimentos. Baseamo-nos, principalmente nas noções de Cooper (1989), acerca das concepções de políticas linguísticas; Seki (2000), sobre os estudos e linguísticos indígenas, e as colaborações de Cunha (2008) sobre as políticas públicas para indígenas no panorama brasileiro.

Após esta introdução, o artigo científico está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, na seção “Conceitos de políticas linguísticas”, apresentamos um panorama mundial dos conceitos envolvendo as políticas linguísticas; já na seção “Diversidade linguística indígena e políticas linguísticas no Brasil”, apresentamos informações oriundas de estudos que exploram a diversidade de línguas indígenas no Brasil, e, por fim, apresentamos políticas linguísticas aplicadas ao contexto brasileiro.

A seguir, na seção “Conceitos de políticas linguísticas”, realizamos um panorama dos diferentes conceitos que envolvem a asseguuração de direitos linguísticos e planejamento linguístico.

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

Conceitos de políticas linguísticas

O pesquisador Robert Cooper (1989), se dedicou a estudar os conceitos de planejamento linguístico e de políticas linguísticas que norteiam o ensino de línguas. Conforme o autor, não há uma única definição do que se pode considerar por planejamento linguístico. O planejamento linguístico de línguas indígenas, então, compreende a documentação, compartilhamento de material didático adequado, e o ensino bilíngue de língua originária indígena e a língua portuguesa como segunda língua.

Conforme Cooper (1989, p. 29), a participação nas políticas linguísticas não se limita às ações governamentais, mas também abrange a participação de professores, de pesquisadores científicos, ONGs, e outras lideranças de comunidades indígenas.

Cooper (1989) apresentou o conceito de planejamento linguístico como uma atividade de preparação para as regras ortográficas, fonológicas, morfológicas e sintáticas, em uma gramática e um dicionário prescritivo para a orientação de falantes e escritores de línguas não-hegemônicas, como as línguas indígenas. Essa primeira definição carece de princípios do planejamento linguístico, que precisa estar centrado no real contexto de utilização da língua, e não apenas prescrever regras. Após isso, Cooper (1989) apresenta algumas outras definições mais democráticas aliadas ao trabalho com a sociologia da linguagem e com a linguística aplicada, áreas de concentração que compreendem os contextos de utilização da língua.

Cunha (2008) ressalta que o trabalho descritivo das línguas indígenas é mais produtivo para a manutenção dessas línguas, uma vez que contribui para discussões acerca dos padrões e hegemonias estabelecidas no contato entre diferentes línguas. Nesse mesmo sentido, Cooper (1989, p. 42) destaca que “se o estudo de planificação linguística é descritivo, isto é, o estudo do que de fato acontece [no uso da língua], então a concepção de planejamento linguístico como um direcionamento ideal é inapropriada”. O planejamento linguístico está para as línguas indígenas em uma relação mútua entre as duas direções, e não como um conjunto de regras estabelecidas com base em gramáticas de línguas hegemônicas, como as gramáticas de língua portuguesa, por exemplo.

Cooper (1989) apresenta como segundo ponto do planejamento linguístico, o status de uma língua, o seu *ethos* reconhecido pelo governo, a sua importância e posição marcada em determinada sociedade. Os valores sociais atribuídos a uma língua passam

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

pela classe social dos falantes, etnias, formações culturais e políticas. O ensino bilíngue, então, está pautado, conforme o autor, no planejamento de status de uma língua, já que dá subsídios para elevação de status de uma língua minoritária paulatinamente, como o caso do ensino de português como segunda língua para os indígenas.

De acordo com Maher (1996), o modelo monolíngue hegemônico foi adotado por missões religiosas e alguns órgãos governamentais brasileiros, o que é considerado um ataque às línguas indígenas e culturas nativas. Então, cabe ressaltar, que assim como os órgãos governamentais e instituições têm papel fundamental na asseguuração de direitos de indígenas, eles também podem subordinar falantes de línguas indígenas à estruturas de poder e dominação estabelecidas.

Ainda, conforme Maher (1996), o modelo assimilacionista de transição, em que a língua ensinada nos anos iniciais da educação básica é a língua materna do estudante, e, após a alfabetização, então a língua materna vai sendo excluída do currículo escolar como uma forma de opressão linguística, e, conseqüentemente, opressão cultural. O conceito é refutado atualmente por estudiosos da linguística, e através de uma falsa concepção multiculturalista adotada nos anos de 1970, delineava-se mundialmente o inglês como papel dominante na vida das pessoas.

Cooper (1989, p. 33) concentrou seus estudos no panorama social da Austrália, marcada por diversas etnias e culturas, e assim, formou o terceiro foco no planejamento linguístico, que consiste aos dois outros focos, o de corpus e de status. O foco na aquisição da língua.

Nesse foco, o bilinguismo das comunidades minoritárias, como a aquisição do português como segunda língua, abre a possibilidade para um modelo de políticas linguísticas, o Modelo de Enriquecimento Linguístico, no qual o objetivo educacional é garantir a manutenção e o pleno desenvolvimento da língua não-hegemônica na escola. Essa concepção abrange a aquisição de uma nova língua como uma oportunidade de inserção em diversas esferas sociais onde a língua hegemônica ainda é requisitada, e, desse modo, começar a desconstruir paradigmas linguísticos relacionados a língua nativa. (MAHER, 1996).

Segundo Cooper (1989, p. 33)

Quando o planejamento é direcionado para aumentar os usos da língua, ele recai na rubrica do planejamento do status. Mas quando ele é

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

direcionado para aumentar o número de usuários – falantes, escritores, ouvintes e leitores – então há uma categoria analítica separada [a da aquisição] como foco do planejamento linguístico (COOPER, 1989, p. 33).

Apresentamos, a seguir, a Tabela 1, com um resumo dos focos apresentados nesta seção do artigo.

Tabela 1: focos do planejamento linguístico

Focos do planejamento linguístico	
1º foco	Planejamento do corpus da língua
2º foco	Status da língua
3º foco	Aquisição linguística

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Compreendemos que os três focos basilares se relacionam mutuamente, de forma que a aquisição linguística se apresenta como o foco de interesse e de implementação em diversas esferas que estudam as concepções de ensino de língua estrangeira e bilinguismo, hoje pautadas em documentos norteadores da Educação, como a Base Nacional Comum Curricular (2017).

Na próxima seção, intitulada “Diversidade linguística indígena e políticas linguísticas no Brasil”, apresentaremos algumas informações oriundas de estudos que exploram a diversidade de línguas indígenas no Brasil e algumas políticas linguísticas aplicadas ao contexto brasileiro.

Diversidade linguística indígena e políticas linguísticas no Brasil

De acordo com Seki (2000), no século XXI, cerca de 180 línguas indígenas são faladas no território brasileiro, sendo que há dificuldades nas definições norteadoras do que é uma língua em relação à sua manifestação e constituição histórica, já que muitos dialetos foram sendo mesclados historicamente – dificuldades agravadas pela carência de acesso às informações sobre as línguas e os falantes.

Desde o período pré-colonial, conforme Seki (2000, p. 6), cerca de mil línguas foram perdidas devido ao desaparecimento e ataque físico aos falantes nativos, além de epidemias, a escravização, a redução forçada de territórios, e também a aculturação, na

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

qual a religião e costumes culturais dos exploradores eram impostas. Ainda, conforme os estudos da autora, a localização atual de grupos de línguas indígenas está concentrada nas regiões Amazônica e na região Centro-Oeste, e em outros Estados em menores proporções. Faraco (2002), em seus estudos linguísticos, reconhece que no Brasil, há uma falsa compreensão de país unilíngue, o que revela uma confusão entre língua hegemônica e unicidade de línguas. Centenas de línguas indígenas não-hegemônicas são apagadas no contexto social e político brasileiro, tendo em vista que a língua portuguesa é utilizada também como uma forma de reafirmação de poder e estruturação de padrões linguísticos.

As questões linguísticas também perpassam por questões políticas, e conforme Faraco (2002), a discussão ainda é muito incipiente, sendo que dificilmente há aprofundamento de questões linguísticas indígenas na esfera política. Projetos polêmicos que visam a eliminação de estrangeirismos se mostram ineficazes, já que a interferência de estrangeirismos ocorre como um processo natural no desenvolvimento de diferentes línguas, sobretudo na era da comunicação 2.0. O problema está nas estruturas sociais e políticas hegemônicas atreladas ao ensino de língua portuguesa.

Conforme Faraco (2002), apesar da relevância social, as questões linguísticas ainda não são vistas com atenção pela sociedade brasileira, já que as pessoas estão inseridas em um contexto de hegemonia cultural e linguística, e não percebem as relações implícitas na supressão das línguas indígenas minoritárias, ou seja, as línguas indígenas não são vistas como uma temática que mereça debate e reflexões fundamentadas. Apesar disso, uma parte de lideranças indígenas, de professores, pesquisadores acadêmicos, políticos e organizações não governamentais promovem espaços de reflexão sobre a relevância das línguas indígenas no contexto brasileiro.

Sendo assim, é importante pensar o estudo das línguas indígenas sob o viés científico da linguística, e também sob o viés social mais prático e perceptível pelas comunidades brasileiras. De acordo com Seki (2000), a linguística almeja compreender a natureza comum da linguagem humana, que está na unicidade da diversidade entre as línguas, com manifestação de fenômenos de maneira particular.

As pesquisas linguísticas estão focadas e centradas em línguas indo-europeias, que foram dominantes nos processos históricos e políticos, dessa forma, as línguas

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

indígenas despertam questões norteadoras para alguns estudiosos que se propõem a analisar a diversidade de fenômenos em línguas pouco exploradas.

Na contemporaneidade, marcada pelo uso de tecnologias digitais, destaca-se a compreensão das línguas como parte fundamental da compreensão das manifestações culturais em uma relação de interdependência. Ainda, conforme Seki (2000), a perda de línguas indígenas ocasiona o desaparecimento de sistemas de conhecimentos e a bagagem cultural que os falantes da língua a ser desvanecida possuem.

Há diversos linguistas na área da linguística aplicada que se debruçam a questões práticas e aplicáveis em contextos de abrangência das línguas minoritárias. Os estudos contribuem na preservação e revitalização das línguas indígenas. Algumas medidas já realizadas por pesquisadores brasileiros são a descrição de funcionamento linguístico, dicionários que auxiliam na compreensão e aquisição das línguas, além de ser uma forma de materialização, e também as coletâneas que restauram informações culturais, especificidades de cada língua, entre outros. Ainda que incipientes, o desenvolvimento dessas atividades no campo da linguística aplicada propicia a restauração da confiança e uma visão positiva e identitária pelos falantes das línguas indígenas; também há uma consciência crítica dos fatores que compõem os processos culturais de indígenas e a compreensão acerca dos processos hegemônicos que esses grupos indígenas sofrem no Brasil. (Seki, 2000).

Na esfera educacional, existe grande relevância desse setor para o desenvolvimento linguístico dos indígenas envolvendo a implementação da modalidade escrita e alfabetização em língua materna, o que contribui para a documentação da língua, e evita o desaparecimento das línguas marcadas oralmente e ainda não catalogadas.

Partimos do pressuposto que as Políticas Públicas para a educação indígena precisam valorizar as manifestações culturais dos nativos, e, dessa maneira, introduzir concepções de bilinguismo pautadas na valorização cultural. Conforme Seki (2000), o ensino bilingue precisa estar focado na autoafirmação de identidade dos povos nativos, a revalorização das línguas indígenas, e, ao mesmo tempo, a busca de desenvolvimento de competências linguísticas também em língua inglesa, para que os estudantes sejam capazes de interagir em diversas esferas de atuação no contexto brasileiro.

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

Por outro lado, muitas das pesquisas linguísticas refletem a assimetria das relações étnico-raciais no Brasil, sendo que tradicionalmente, os estudos linguísticos são realizados por participantes da sociedade e cultura dominante, que detêm os pressupostos para os aspectos essenciais a serem analisados e trazem consigo o viés elitista e hegemônico no trato dos gêneros discursivos oriundos da comunicação indígena.

Geralmente, os falantes indígenas não têm participação ativa nas pesquisas dos estudos linguísticos, ocupando a posição de mero “objeto” da linguística, reproduzindo enunciados previsíveis e engessados. A linguística aplicada realizada com compromisso precisa respeitar e considerar as manifestações culturais dos povos nativos. Muitos pesquisadores findam seus trabalhos e apresentam os resultados apenas em reuniões científicas, distanciando os resultados e contribuições das comunidades onde foram realizadas as pesquisas.

Tradicionalmente, comunidades religiosas utilizaram os conhecimentos e resultados de estudos como uma forma de impor crenças religiosas, língua hegemônica e aspectos culturais que ocasionam a desintegração da cultura dos povos indígenas.

Em consonância com Seki (2000, p. 245)

Ao mesmo tempo, a compreensão de que o processo de perda de línguas é determinado por fatores de ordem política e social sobre os quais os linguistas não têm controle tem servido de base para uma postura que focaliza a relevância científica do estudo das línguas indígenas e sua “preservação” enquanto objeto da linguística (SEKI, 2000, p. 245).

Diante desse panorama de instabilidades e riscos na proteção de línguas indígenas, é preciso reconhecer o papel das políticas públicas na asseguuração de direitos de comunidades falantes de línguas minoritárias.

A Constituição de 1988 foi um marco na asseguuração de políticas educacionais voltadas aos índios brasileiros. O artigo 210 da Constituição afirma que as comunidades indígenas têm direito da possibilidade de utilizar suas línguas maternas em sala de aula, além de terem processos próprios de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), representou um marco no avanço das políticas educacionais, tendo dois capítulos dedicados ao ensino voltado para

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

índios. De acordo com a LDB (1996), é necessário desenvolver programas de ensino e de pesquisa bilíngues e interculturais para os povos indígenas, buscando a recuperação das identidades e autoafirmação de identidades tradicionais. O status das línguas, então, é trabalhado continuamente para que ambas as línguas sejam valorizadas nas esferas de atuação dos estudantes indígenas.

As escolas denominadas como rurais, a partir de 1999, começaram a ser chamadas de instituições e tiveram diretrizes específicas designadas. De acordo com Cunha (2008), a Câmara dos Deputados decretou, no ano de 2000, o Plano Nacional de Educação e estipulou a criação oficial das escolas indígenas na proposta intercultural e bilíngue. Algumas escolas tinham dificuldades com a implementação da proposta bilíngue, pelo fato de serem línguas de origem ágrafa. Esse fator influencia no funcionamento das línguas e na descrição de gramáticas, que necessitam de critérios diferentes das línguas com escrita. Lucy Seki (2000) se dedicou na gramática descritiva de algumas línguas indígenas, dentre elas, a gramática com a Língua Kamaiurá.

Conforme Cunha (2008), a variedade de realidades no ensino bilíngue para indígenas é grande, sendo que algumas comunidades usam há um longo período a língua indígena na escola, enquanto em outras nunca se utiliza e o processo de introdução está sendo implementado; nas regiões de fronteira também é comum ouvir e experimentar a interferência do espanhol no ensino indígena, e também há a noção de português como segunda língua, a ser introduzida em uma determinada fase do aprendizado, sendo que a língua indígena tem destaque como a única língua materna, e a segunda língua é inserida aos poucos. Dessa forma, não há como pensar somente em um único modelo para a política linguística, já que as realidades das línguas indígenas são distintas.

Cunha (2008) verificou que em 2004, o MEC tomou algumas medidas para elaborar políticas educacionais específicas para os indígenas. A Portaria nº 52 elaborou uma comissão especial para criar programas delimitados à formação de professores indígenas, e também houve a formação da Comissão de Apoio e Incentivo à Produção e Edição de Materiais Didáticos Indígena. Através dos materiais didáticos, é possível ampliar as possibilidades pedagógicas desenvolvidas com a língua indígena.

A Universidade Federal de Minas Gerais contribuiu com a ativa participação na comissão formada no MEC, agregando a participação dos índios. A Universidade publicou

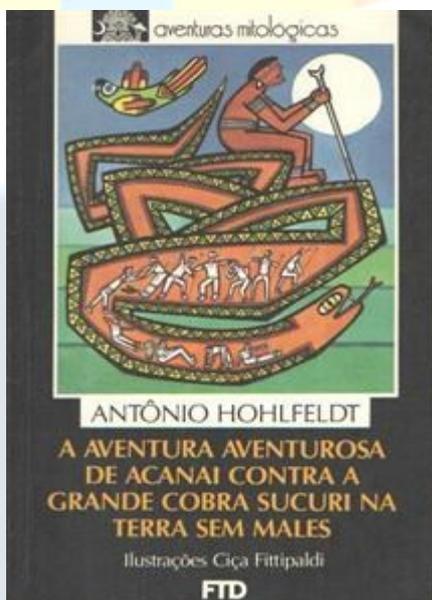
HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

uma coletânea de lendas indígenas oriundas da tradição oral que foram contadas, escritas e ilustradas por índios Kaxinawá e implementada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre e Comissão Pró-Índios do Estado do Acre. (CUNHA, 2008).

As temáticas perpassadas na obra literária passam por histórias de feitiçaria, relâmpagos, trovões e outros fenômenos da natureza, histórias de suspense e lendas que explicam a origem de algumas plantas medicinais utilizadas pelos indígenas. A obra foi composta nas duas línguas: kaxinawá e português; confirmado a abordagem intercultural apresentada neste estudo. A proposta com a elaboração e divulgação do livro, é que os estudantes passem a conhecer e realizar práticas de leitura com a língua materna indígena, e ainda possam desenvolver competências comunicativas na língua adicional, neste caso, a língua portuguesa.

Ainda em 1988, a Editora FTD publicou nacionalmente o livro “A aventura aventureira de Acanai contra a grande cobra sucuri na terra sem males”, de Antonio Hohlfeldt, que apresenta uma aventura mitológica que pertence à várias culturas indígenas do Brasil e ricas ilustrações representando elementos mitológicos dessas culturas: Kaxinawá, Kadiwéu, Tikuna, Karajá, Kayabi, Tupi, Desana e índios xinguanos. Apresentamos, a seguir, na Figura 1, a capa da obra literária.

Figura 1: Obra literária 1



ISSN: 2359-1064

Fonte: Editora FTD

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

O livro “No tempo do verão”, sobre a aldeia Ashaninka, percebemos entre os temas que constituem a obra da literatura infantil, os pés de frutas carregados, pescaria, reuniões em família, todos norteando o tema das descobertas. No livro, há a ocorrência ilustrada de crianças que aprendem com os mais velhos a fazer flechas, construir abrigos, acender fogo, cozinhar e fregar peixes. O livro faz parte da coleção “Um dia na Aldeia” e apresenta um olhar verídico e contemporâneo sobre diferentes povos indígenas, ao priorizar que os próprios povos contem duas suas histórias, cada livro da coleção está em edição bilíngue e ainda possibilita, através de um CD, que os leitores assistam a um filme sobre a comunidade. A seguir, na Figura 2, trazemos uma imagem da capa do livro.

Figura 2: obra literária 2



Fonte: COSAC Naify

Até 2017, havia uma grande inquietação quanto à atualização de parâmetros que norteiam a educação brasileira, e também no que diz respeito a formação de professores. Pensar em uma organização norteadora curricular comum a todos Estados da Federação e comunidades seria uma maneira de reduzir disparidades e facilitar a formação nos processos de ensino e aprendizagem, entretanto, a iniciativa iria se deparar com questões locais, sociais, econômicas, ambientais, políticas, entre outras. Conforme Franco (2019), construir uma base curricular nacional em um país tão grande e plural é um desafio significativo, não somente na área da política, mas também no campo ideológico, pedagógico e didático, por exemplo.

Ao final de 2017, o documento que norteia a Educação Infantil e Ensino Fundamental e homologado e levado ao MEC, demarcando o início de implementação da

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

Base Nacional Comum Curricular (2017), que passa a apreender discussões e reflexões em espaços acadêmicos, escolas, e suas respectivas secretarias, por exemplo. Com a implementação da BNCC (2017), há o pressuposto de que é necessário aliar estudos teóricos e metodológicos ao documento, este que serve para provocar a inserção de parâmetros gerais através de habilidades e competências específicas requeridas no documento, demandando, assim, maior capacidade de organização, criatividade e pluralidade de metodologias na formulação das aulas, qualquer que seja a disciplina a ser ensinada.

Franco (2019) critica o documento, quanto às dúvidas e incertezas geradas em educadores de como implementar essas práticas, e a viabilidade de aplicação de práticas propostas na BNCC, dada a diversidade educacional, regional, entre outras diferenças constatadas nas realidades do Brasil. O autor ainda ressalta que não há esclarecimento de como desenvolver as práticas, sobrando uma abordagem generalizada de competências e habilidades que demandam de recursos tecnológicos que muitas escolas não dispõem, principalmente no contexto da educação indígena. Segundo Franco (2019, p. 26)

fica bastante evidente o caráter genérico de abordagem curricular sugerido pelo documento, pois o mesmo não contempla questões culturais e nem multiculturais, acabando por reduzir tal perspectiva uma condição de improvisação e/ou subordinação a outros conteúdos do currículo escolar, ou ainda na forma de um tópico opcional ao professor e não como sendo uma preocupação do currículo instituído (FRANCO, 2019, p. 26).

Percebe-se, portanto, que o documento BNCC (2017), de nada indica para tais questões, desconsiderando e negando um movimento de mudanças e empoderamento que se tentara promover nas escolas e/ou práticas pedagógicas muito bem representados por 27 inúmeros projetos culturais e artísticos das escolas em todas as regiões brasileiras, o que em tese contribui para a autoafirmação da regionalidade e diversidade dos povos no Brasil.

Percebemos que apesar dos avanços, a BNCC (2017), ainda representa pouco o movimento de mudanças sociais e empoderamento de comunidades nativas, seus projetos culturais e artísticos específicos de determinadas comunidades indígenas, nem

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

traz proposições de novas práticas pedagógica específicas para a comunidade indígena e suas demandas contemporâneas.

Apesar disso, o documento abre a possibilidade para a pluralidade de ideias e valorização intercultural na área das Linguagens, e, dessa forma, cabe aos agentes educacionais desenvolverem práticas pautadas na valorização e reconhecimento das comunidades indígenas no Brasil. Precisamos pensar em ações que possibilitem aos educandos o reconhecimento das influências diferentes grupos étnicos e culturais, bem como a aproximação com diferentes culturas. A seguir, apresentamos as reflexões presentes na seção “Considerações finais”.

Considerações finais

As ações apresentadas neste estudo evidenciaram que as línguas indígenas não são línguas de instrução durante todo o processo escolar, já que os cursos superiores de graduação e pós-graduação são ministrados em língua portuguesa, apesar disso, a vontade intrínseca de aprender a consciência social e política dos índios pautada na coletividade, já que permitiu que os indígenas participassem de discussões pertinentes e utilizassem conhecimento em benefício de suas comunidades nativas.

Destacamos que os índios são os principais mobilizadores de ações envolvendo seus povos, seja em relação às políticas linguísticas, ao ensino, em uma perspectiva geral, ou a qualquer mobilização política de interesse das comunidades indígenas.

A legislação atual acerca das políticas linguísticas e educacionais no Brasil é avançada em comparação com legislações do século XX, que traçavam repúdio e viés dado como línguas exóticas às línguas brasileiras utilizadas pelos indígenas. Apesar disso, a legislação atual ainda precisa avançar para garantir a proteção e manutenção dos direitos linguísticos dos indígenas.

Realizamos um estudo de breve revisão das políticas linguísticas e educacionais no Brasil através de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos. O objetivo da pesquisa foi apresentar uma breve revisão sobre as políticas públicas que envolvem o ensino de línguas indígenas no Brasil. Constatamos que o objetivo foi alcançado, uma vez que realizamos um panorama histórico sobre as políticas educacionais e linguísticas adotadas mundialmente, e depois, mais

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

especificamente um delineado das políticas linguísticas no contexto brasileiro. Utilizamos como principal aporte teórico as contribuições de Cooper (1989), acerca das concepções de políticas linguísticas; Seki (2000), sobre os estudos e linguísticos indígenas, e as colaborações de Cunha (2008) sobre as políticas públicas no panorama brasileiro.

A luta pela garantia de direitos dos indígenas é constante, e as lideranças indígenas são protagonistas nas conquistas históricas que asseguram a promoção cultural e linguística dos indígenas. Documentos como a BNCC (2017), apesar das falhas, se mostram promotores da multiculturalidade no ensino e aprendizagem de línguas no Brasil, se pensarmos no desenvolvimento de práticas pautadas nas relações interculturais e no bilinguismo.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, n. 9.394 de 20 de dezembro de 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2017.

CARELLI, Rita. **No tempo do verão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COOPER, Robert. **Language planning and social change**. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 1989.

CUNHA, Rodrigo Bastos. **Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil**. Educar em Revista, n. 32, p. 143-159, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Questões de política de língua no Brasil: problemas e implicações**. Educar em Revista, n. 20, p. 13-22, 2002.

FRANCO, Myssal Carvalho et al. **Educação Física, currículo e práticas corporais indígenas: Incursões iniciais pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Trabalho de conclusão de curso – Cuiabá: UFMT, 2019

HOHLFELDT, Antônio. *A aventura aventureira de Acanai contra a grande cobra sucuri na terra sem males*. São Paulo: Editora FTD, 1988.

MAHER, Terezinha Machado. **Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade**. Tese (Doutorado) – Campinas: IEL/Unicamp, 1996.

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Editora Feevale, 2013.

SEKI, Lucy. **Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI**. Revista Impulso, v. 27, p. 233-256, 2000.

Como citar este artigo (ABNT)

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F. **Políticas linguísticas indígenas no Brasil: uma breve revisão**. Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 8, n. 2, p. XXX-XXX, 2021. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

HOFFMANN, W. P.; LOSS, R. A. GUEDES, S. F. (2021). **Políticas linguísticas indígenas no Brasil: uma breve revisão**. Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Recebido em: 28/05/2021

Aprovado em: 28/07/2021

Publicado em: 31/07/2021

ISSN: 2359-1064

